



COVID-19: Transmissão fecal-oral?

Pesquisadores da Fiocruz e do INCT ETEs Sustentáveis/UFMG reuniram-se na manhã de hoje (09/04/2020), a fim de alinhar o entendimento mais recente sobre a ocorrência do novo coronavírus no esgoto e das eventuais implicações sobre a saúde humana. Essa reunião foi motivada pela repercussão da nota técnica publicada pelo INCT no dia 27/03/2020 (*COVID-19 e o Saneamento no Brasil*), na qual se manifestou preocupação em relação a eventuais riscos de disseminação do novo coronavírus SARS-CoV-2 (COVID19) no ambiente e de infecção dos profissionais que atuam na área de esgotamento sanitário e da parcela da população que não possui acesso a uma adequada infraestrutura de saneamento básico.

Nesse contexto, entendemos ser importante trazer mais esclarecimentos acerca dos riscos de exposição ao novo coronavírus e alinhar as ações mais importantes relacionadas ao setor de saneamento:

1. O foco principal na prevenção da disseminação da COVID-19 continua sendo o de seguir as recomendações já emanadas pelas autoridades de saúde, de praticar o isolamento social e lavar as mãos (com água e sabão), várias vezes ao dia. Isso porque o sabão propicia a destruição do envelope lipídico do novo coronavírus, conseqüentemente inativando-o. Nesse sentido, reforça-se a premente necessidade de que o poder público disponibilize água em quantidade suficiente para toda a população, notadamente para a parcela que vive em situação mais vulnerável e desprovida de serviços de abastecimento de água.
2. Devem ser tomadas medidas emergenciais para garantir que pessoas em condição de vulnerabilidade tenham acesso a água em quantidade que permita a higiene pessoal. Esse grupo inclui pessoas em situação de rua, assentamentos informais sem acesso à água, presídios e asilos em que vivem idosos de baixa capacidade econômica.
3. Embora o novo coronavírus tenha sido encontrado em amostras de fezes e de esgoto em outros países, não existem evidências científicas de que o vírus encontrado esteja viável e infectivo e possa causar a doença, seja pela via feco-oral (pela ingestão do vírus) ou pela inalação do mesmo através de aerossóis que contenham gotículas de fezes e esgoto.
4. Não existem evidências científicas da via de transmissão feco-oral para a COVID-19. Avaliações desenvolvidas até o momento indicam que o risco desta rota de transmissão é pouco provável.
5. As recomendações mais assertivas em relação a essa baixa possibilidade de transmissão (a partir das fezes e do esgoto) continuam sendo direcionadas aos trabalhadores que atuam na área de esgotamento sanitário. Estes não devem abrir mão da utilização de equipamentos de proteção individual (EPI), seguindo as medidas de proteção e segurança já adotadas como padrão para esses profissionais, as quais são eficazes na proteção contra o novo coronavírus disseminado por aerossóis e outros patógenos presentes no esgoto.
6. Como medida protetiva contra uma série de enfermidades, e visando não sobrecarregar as unidades de saúde, os prestadores de serviço devem monitorar seus processos de cloração e garantir concentrações mínimas de cloro residual nas redes de distribuição, conforme preconizado na Portaria de Consolidação/2017.
7. Nesse momento é importantíssimo reforçar a solidariedade e a colaboração entre os diferentes grupos que fazem pesquisa no Brasil, no sentido de aumentar o compartilhamento de informações, expertises e soma de esforços para tentarem responder às muitas perguntas



científicas que a Pandemia COVID19 impôs. Estas incluem o tempo de viabilidade e da infectividade do vírus no esgoto, em condições tropicais encontradas no nosso país, e a forma como se disseminará em assentamentos com populações de baixa renda e elevada aglomeração humana, como vilas e favelas. Nesse sentido, pesquisadores do INCT ETEs Sustentáveis/UFMG e da FIOCRUZ já estão em entendimento para o desenvolvimento de mapas epidemiológicos da ocorrência da COVID-19 no ambiente.

INCT ETEs Sustentáveis/UFMG

FIOCRUZ